Índice Geral

1. SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO	3
2. DESMATAMENTO E LIMPEZA DA ÁREA	
2.1. Definição	4
2.2. Terminologia	
2.3. Método Executivo	
2.4. Critérios de Controle	
2.5. Manejo Ambiental	6
3. EXECUÇÃO DE CORTES E ATERROS	
3.1. Definição	6
3.2. Terminologia	
3.3. Método Executivo	8
3.4. Critérios de Controle e Manejo Ambiental	11
4. BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE	15
4.1. Definição	16
4.2. Método Executivo	16
4.3. Critérios de Controle	17
4.4. Manejo Ambiental	22
5. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA – CONCRETO BETUMINOSO (CBUQ)	23
6. MEIOS-FIOS E GUIAS	27
6.1. Definição	27
6.2. Método Executivo	28
6.3. Critérios de Controle	30
6.4. Manejo Ambiental	32
REDE DE DRENAGEM	33
7. Objetivo	33
8. Definições	33
a) Diâmetro nominal ou DN	33
b) Fiscalização	34
9. Condições gerais	34

10.	Projeto	.34
11.	Execução	.34
12.	Condições específicas	.35
13.	Locação	.35
14.	Sinalização	.36
15.	Passadiços e Travessias	.38
16.	Levantamento ou rompimento da pavimentação	.38
17.	Escavação	.39
18.	Interferências	.41
19.	Regularização do Fundo da Vala	.42
20.	Escoramento	.43
21.	Esgotamento	.44
22.	Fornecimento de Tubos/Assentamento	.45
23.	Armazenamento e Manuseio de Tubos	.46
24.	Reaterro de Valas	.47
25.	Poço de visita	.47
10.	Recebimento do Serviço	.50
10.1	. Recebimento parcial	.50
10.2	. Recebimento da obra	50

1. SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO

O Construtor deve observar a legislação do Ministério do Trabalho que determina obrigações

no campo de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.

Será exigido o cumprimento rigoroso da Portaria 3.214, em especial a NR-18, que trata das

Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil, incluindo-se os

custos decorrentes das instalações necessárias e observando-se a composição do BDI, no

tocante aos EPC's e EPI's.

O Construtor, quando responsável por atividades que obriguem o emprego de 100 ou mais

funcionários, deve ter atuando na obra, pelo menos, um Supervisor de Segurança, legalmente

habilitado.

O Construtor será responsável quanto ao uso obrigatório e correto, pelos operários, dos

equipamentos de proteção individual de acordo com as Normas de Serviço de Segurança,

Higiene e Medicina do Trabalho.

Cabe ao Construtor promover, por sua conta, o seguro de prevenção de acidentes de trabalho,

dano de propriedade, fogo, acidente de veículos, transporte de materiais e outro tipo de seguro

que achar conveniente.

O Construtor deve manter, durante o prazo de execução das obras, livre acesso aos hidrantes e

registros de seccionamento da rede distribuidora de água que porventura estiverem dentro do

canteiro de serviço. Da mesma forma, sempre que possível, deve deixar livre uma faixa da rua

ou do logradouro, para permitir a passagem de veículos de socorro e emergência.

O Construtor deve sempre obedecer às normas especiais de segurança e controle para o

armazenamento de explosivos e inflamáveis estabelecidas pelas autoridades competentes.

2. DESMATAMENTO E LIMPEZA DA ÁREA

2.1. DEFINIÇÃO

Os serviços de desmatamento, destocamento e limpeza consistem no conjunto de operações

destinadas à remoção das obstruções naturais ou artificiais existentes nas áreas de implantação

da obra, áreas de empréstimo e áreas de ocorrência de material.

Desmatamento e destocamento consistem no corte e remoção de toda vegetação (árvores,

arbustos, coqueiros) de qualquer densidade ou tipo.

Consideram-se como Limpeza as operações de escavação e remoção total dos tocos e raízes,

da camada de solo orgânico, de entulho, matacões ou de qualquer outro material considerado

prejudicial, na profundidade necessária até o nível do terreno considerado apto para

terraplenagem.

2.2. TERMINOLOGIA

Empréstimo

Área indicada ou selecionada para a obtenção de solos a utilizar na implantação da obra.

Ocorrência de Material ou Jazida

Área indicada para a obtenção de solos ou rocha a utilizar na execução das camadas do

pavimento.

2.3. MÉTODO EXECUTIVO

As operações de desmatamento, destocamento e limpeza se darão dentro das faixas de serviço

das obras ou dos limites estabelecidos para os empréstimos ou jazidas. As operações serão

executadas na área mínima compreendida entre as estacas de amarração, "off sets", com o

acréscimo de 2 (dois) metros para cada lado. No caso de empréstimo ou jazida, a área será a

indispensável a sua exploração.

Serão removidos todos os tocos e raízes bem como toda a camada de solo orgânico e outros

materiais indesejáveis que ocorram até o nível do terreno considerado apto para

terraplenagem.

O material proveniente do serviço será removido, podendo ser transportado para local de

"bota-fora", local de estocagem ou ainda, enleirado e queimado com fogo controlado. A

remoção ou estocagem dependerá de eventual utilização, não sendo permitida a sua deposição

em locais de aterros nem sua permanência em locais que possam provocar a obstrução dos

sistemas de drenagem natural.

As operações serão executadas utilizando-se equipamentos adequados complementados com o

emprego de serviço manual. A escolha do equipamento se fará em função da densidade e do

tipo de vegetação local e dos prazos exigidos para a execução da obra.

2.4. CRITÉRIOS DE CONTROLE

Nas terraplenagens exige-se que, no mínimo, uma camada de 60 (sessenta) centímetros abaixo

do greide projetado fique isenta de tocos ou raízes.

Nenhum movimento de terra poderá ser iniciado enquanto as operações de desmatamento,

destocamento e limpeza nas áreas devidas não tiverem sido totalmente concluídas.

2.5. MANEJO AMBIENTAL

Nas operações de desmatamento, destocamento e limpeza adotar-se-á a seguinte medida de

proteção ambiental:

• Não será permitido o uso de explosivos para remoção de vegetação. Outros

obstáculos, sempre que possível, serão removidos por meio de equipamento

convencional, mesmo que com certo grau de dificuldade, objeto de criteriosa análise e

metodologia adequada.

3. EXECUÇÃO DE CORTES E ATERROS

3.1. DEFINIÇÃO

Cortes

Cortes são movimentações de terra ou rocha cuja execução exige escavação do material que

compõe o terreno natural no interior dos limites das seções projetadas ("off-sets").

Empréstimos

Empréstimos são escavações destinadas a prover ou complementar o volume necessário à

execução dos aterros por insuficiência do volume dos cortes, por motivos de ordem

tecnológica de seleção de materiais ou razões de ordem econômica.

<u>Aterros</u>

Aterros são áreas implantadas com o depósito e a compactação de materiais provenientes de

cortes ou empréstimos, no interior dos limites das seções de projeto (off-sets).

Materiais

O material procedente da escavação do terreno natural, geralmente, é constituído por solo,

alteração de rocha, rocha ou associação destes tipos.

Para os efeitos desta Especificação será adotada a seguinte classificação:

- Material de 1ª Categoria

Compreende os solos em geral, residuais ou sedimentares, seixos rolados ou não, com

diâmetro máximo inferior a 0,15 m, qualquer que seja o teor da umidade apresentado.

- Material de 2ª Categoria

Compreende os solos de resistência ao desmonte mecânico inferior à rocha não alterada, cuja

extração se processe por combinação de métodos que obriguem a utilização de equipamento

de escarificação de grande porte. A extração, eventualmente, poderá envolver o uso de

explosivos ou processo manual adequado. Incluídos nesta classificação os blocos de rocha, de

volume inferior a 2 m³ e os matações ou pedras de diâmetro médio entre 0,15 cm e 1,00 cm.

- Material de 3ª Categoria

Compreende os solos de resistência ao desmonte mecânico equivalente à rocha não alterada e

blocos de rocha, com diâmetro médio superior a 1,00 cm, ou de volume igual ou superior a

2m³, cuja extração e redução, a fim de possibilitar o carregamento, se processem com o

emprego contínuo de explosivos ou de rompedor.

3.2. TERMINOLOGIA

"Off sets"

Linhas de estacas demarcadoras da área de execução dos serviços.

Corpo do Aterro

Parte do aterro situado entre o terreno natural até 1,00 m abaixo da cota correspondente ao

greide de terraplenagem.

Camada final

Parte do aterro constituída de material selecionado, situado entre o greide final da

terraplenagem e o corpo do aterro.

3.3. MÉTODO EXECUTIVO

<u>Cortes</u>

As operações de cortes compreendem:

• Escavação do terreno natural até o nível (greide) da terraplenagem, indicado no

projeto;

• Escavação do terreno natural, abaixo do greide da terraplenagem, na espessura de 40

cm, nos cortes onde haja ocorrência de rocha sã ou em decomposição, para posterior

substituição por solos selecionados;

• Escavação do terreno natural, abaixo do greide de terraplenagem, na espessura de 60

cm, nos cortes onde haja ocorrência de solos de elevada expansão, baixa capacidade

de suporte ou solos orgânicos, para posterior substituição por solos selecionados.

Nos cortes, em áreas de pavimentação, onde o material de subleito não apresentar CBR e

expansão compatíveis com o projeto, deverá ser feita a substituição do material, numa

espessura de 40 cm, com materiais que atendam aos parâmetros definidos no mesmo.

As escavações de cortes obedecerão aos elementos técnicos constantes das Notas de Serviço,

elaboradas de acordo com o projeto.

A escavação será precedida pelos serviços de desmatamento, destocamento e limpeza.

Nenhum movimento de terra poderá ser iniciado antes que estes serviços tenham sido

totalmente concluídos, nas áreas devidas.

Nos pontos de passagem de corte para aterro, precedendo este último, a escavação transversal

ao eixo deverá ser executada até profundidade necessária para evitar recalques diferenciais.

- Equipamentos para a execução dos Cortes

A escavação do corte envolve a utilização racional de equipamentos adequados, que

possibilitem a execução dos serviços dentro das condições especificadas em projeto, atingindo

as produtividades necessárias. A seleção do equipamento será função de situações específicas,

conforme as seguintes indicações:

Cortes em solo: Serão utilizados tratores de esteiras ou pneus, equipados com lâmina, moto-

escavotransportadores, pás carregadeiras, caminhões basculantes tradicionais ou do tipo "fora-

de-estrada, ou outros tipos de equipamentos escavadores conjugados com transportadores.

Como equipamentos complementares, serão utilizados, ainda, tratores e motoniveladoras, para

escarificação, manutenção de caminhos de serviços e praças de trabalho, além de tratores

empurradores ("pushers").

Cortes em rocha: Serão utilizadas perfuratrizes pneumáticas ou elétricas (tipo "wagon-drill",

"crawller-drill" ou marteletes manuais), para o preparo das minas; tratores equipados com

lâmina, para a limpeza da praça de trabalho; escavadeiras e/ou pás-carregadeiras, caminhões

basculantes tradicionais ou do tipo "fora-de-estrada", para a carga e o transporte do material

extraído. Neste tipo de escavação deverão ser usados explosivos e acessórios de detonação

adequados à natureza da rocha e às condições de segurança do canteiro de obra.

Cortes em Solos Orgânicos, Turfa ou Similares: Serão empregadas escavadeiras, do tipo

"dragline", complementadas por outros equipamentos citados nas alíneas anteriores.

Empréstimos

Atendidas as condições do projeto, os empréstimos terão seu aproveitamento definido em

função da ocorrência de materiais adequados e da viabilidade econômica da exploração.

Aterros

As operações de execução de aterros compreendem:

• Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração,

compactação dos materiais selecionados procedentes de cortes ou empréstimos, para a

construção do corpo do aterro até a cota correspondente ao greide da terraplenagem;

• Descarga, espalhamento, conveniente umedecimento ou aeração, e compactação dos

materiais procedentes de cortes ou empréstimos, destinados a substituir,

eventualmente, os materiais de qualidade inferior, previamente retirados, a fim de

melhorar as fundações dos cortes ou aterros.

A execução dos aterros obedecerá rigorosamente os elementos técnicos fornecidos pela

Fiscalização e constantes das notas de serviço apresentadas no projeto de execução.

A operação de construção dos aterros será precedida da execução dos serviços de

desmatamento, destocamento e limpeza.

O lançamento do material para a construção dos aterros deverá ser feito em camadas

sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu

umedecimento e compactação, de acordo com o previsto nesta Especificação. Para o corpo

dos aterros a espessura da camada solta (não compactada) não deverá ultrapassar 0,30 cm.

Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,20 cm.

Todas as camadas do solo deverão ser convenientemente compactadas:

• Para o corpo dos aterros, na umidade ótima, mais ou menos 3 % de tolerância, até se

obter a massa específica aparente seca correspondente a 95 % da massa específica

aparente máxima seca (Ensaio de Proctor Normal);

• Para as camadas finais a massa específica aparente seca deverá corresponder a 100%

da massa específica aparente máxima seca (Ensaio de Proctor Normal).

Os trechos que não atingirem as condições mínimas de compactação deverão ser

escarificados, homogeneizados, levados à umidade adequada e novamente compactados, de

acordo com a massa específica aparente seca exigida.

Os materiais empregados na execução do corpo do aterro devem possuir CBR $\geq 2\%$ e

expansão < 4%.

Os materiais empregados na execução da camada final do aterro devem possuir as seguintes

características:

Nos 30 cm iniciais os solos devem possuir CBR \geq 3% e expansão < 2%;

Nos 40 cm intermediários os solos devem possuir CBR $\geq 5\%$ e expansão < 2%;

Nos 30 cm finais os solos devem possuir CBR \geq 20% e expansão < 2%, caso seja área

de pavimentação deverá possuir CBR compatível com os parâmetros adotados no

projeto.

- Equipamentos para a execução dos Aterros

Na execução dos aterros deverá ser prevista a utilização de equipamentos apropriados, de

acordo com as condições locais e as produtividades exigidas para o cumprimento dos prazos.

Poderão ser empregados tratores de lâmina, escavo-transportadores, moto-

escavotransportadores, caminhões basculantes, motoniveladoras, rolos de compactação (lisos,

de pneus, pés-de-carneiro, estáticos ou vibratórios), rebocados por tratores agrícolas ou auto

propulsores, grade de discos para homogeneização e caminhões-pipa para umedecimento.

3.4. CRITÉRIOS DE CONTROLE E MANEJO AMBIENTAL

Não será permitida, em qualquer fase da execução, a condução de águas pluviais para a

plataforma da terraplenagem.

Os serviços serão aceitos se estiverem de acordo com esta Especificação, ou com as

tolerâncias admitidas, e serão rejeitados em caso contrário.

Os serviços rejeitados serão corrigidos ou complementados.

Cortes

Os taludes dos cortes deverão apresentar a superfície desempenada, pela atuação do

equipamento de terraplenagem.

A altura e a inclinação dos cortes, assim como a largura da plataforma, deverão estar

rigorosamente de acordo com a seção transversal especificada no projeto, o que será

verificado através de levantamentos topográficos.

No caso das vias, serão admitidas as seguintes tolerâncias:

Variação de altura máxima, para o eixo e bordos:

• Para cortes em solo = ± 0.05 cm;

• Cortes em rocha = $\pm 0,10$ cm.

Variação máxima de largura:

• + 0,20 cm para cada semi-plataforma, não se admitindo variação para menos.

Não será permitida a presença de blocos de rocha nos taludes, que possam colocar em risco a segurança das áreas do projeto ou do canteiro de obra.

- Manejo Ambiental

Nas operações destinadas a execução de cortes, a preservação do meio ambiente exigirá a adoção dos seguintes procedimentos:

• O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

 Caso haja bota-foras, seus taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

• Os bota-foras serão executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais carregue o material depositado, causando assoreamentos.

Empréstimos

- Manejo Ambiental

Nas explorações das caixas de empréstimos serão adotadas as seguintes recomendações de preservação ambiental:

 O desmatamento, destocamento e limpeza serão executados dentro dos limites da área a ser escavada. O material retirado deverá ser estocado de forma que o solo orgânico possa ser espalhado na área escavada, após a exploração do empréstimo;

 Não deverão ser explorados empréstimos em áreas de reservas florestais, ecológicas, de preservação cultural, ou mesmo, nas suas proximidades;

• As áreas de empréstimos, após a escavação, deverão ser reconformadas com

abrandamento dos taludes, de modo a suavizar contornos e reintegrá-las à paisagem

natural, operação realizada antes do espalhamento do solo orgânico;

• As áreas de empréstimos deverão ser convenientemente drenadas de modo a evitar o

acúmulo de águas, bem como, os efeitos da erosão.

Aterros

Os solos para os aterros deverão ser isentos de matérias orgânicas, micáceas, diatomáceas,

tocos ou raízes. Turfas e argilas orgânicas não deverão ser utilizadas.

Na execução do corpo dos aterros não será permitido o uso de solos que tenham baixa

capacidade de suporte (ISC < 2%) e expansão maior do que 4%.

A camada final dos aterros deverá ser constituída de solos selecionados, não devendo ser

empregados materiais cuja expansão seja superior a 2%.

- Controle Geométrico

O acabamento da plataforma de aterro será executado mecanicamente de forma a se obter a

conformação da seção transversal do projeto. No caso de rodovias, serão admitidas as

seguintes tolerâncias:

• Variação da altura máxima de ± 0.04 m para o eixo e bordos;

• Variação máxima da largura + 0,30 cm para a plataforma, não se admitindo variação

para menos.

O controle será efetuado por nivelamento do eixo e bordos.

- Controle Tecnológico

Ao critério da Contratante poderão ser exigidos os seguintes ensaios:

• Um ensaio de compactação para cada 1000 m³ de um mesmo material do *corpo do*

aterro (segundo o Método DNER-ME 129 - Proctor Normal);

• Um ensaio de compactação para cada 200 m³ de um mesmo material das camadas

finais do aterro (segundo o Método DNER-ME 129 - Proctor Normal);

- Um ensaio para determinação da massa específica aparente seca, "in situ", para cada 1000 m³ de material compactado no corpo do aterro, correspondente ao ensaio de compactação, e no mínimo duas determinações por dia, em cada camada de aterro;
- Um ensaio para determinação da massa específica aparente seca "in situ", para cada 100 m³ das *camadas finais* do aterro, alternadamente no eixo e bordos, correspondente ao ensaio de compactação;
- Um ensaio de granulometria (DNER-ME- 080), do limite de liquidez (DNER-ME- 122) e do limite de plasticidade (DNER-ME-082), para o *corpo do aterro*, para todo grupo de dez amostras submetidas ao ensaio de compactação;
- Um ensaio de granulometria (DNER-ME- 080), do limite de liquidez (DNER-ME- 122) e do limite de plasticidade(DNER-ME-082) para as *camadas finais* do aterro, para todo grupo de quatro amostras submetidas ao ensaio de compactação;
- Um ensaio do Índice de Suporte Califórnia (ISC) com a energia do método (DNER-ME- 49 Proctor Normal), para as *camadas finais*, para cada grupo de quatro amostras submetidas ao ensaio de compactação.

- Controle da Execução

Deverão ser executados ensaios de massa específica aparente seca "*in situ*" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, distribuídos regularmente ao longo do segmento (Método DNER-ME 092 e DNER-ME 037). Para áreas de extensões limitadas, com volume de, no máximo, 1.200 cm³ no corpo do aterro, ou 800 cm³ para as camadas finais deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do Grau de Compactação (GC).

O número de ensaios de massa específica aparente "in situ" para o controle da execução será definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pela Contratante, conforme a tabela seguinte:

	TABELA DE AMOSTRAGEM VARIÁVEL														
N	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	19	21
K	1,55	1,41	1,36	1,31	1,25	1,21	1,19	1,16	1,13	1,11	1,10	1,08	1,06	1,02	1,01
a	0,45	0,35	0,30	0,25	0,19	0,15	0,13	0,10	0,08	0,06	0,05	0,04	0,03	0,02	0,01
	N = 1	n° de aı	nostras	S	K = coeficiente multiplicador						a = risco				

As determinações do Grau de Compactação (GC) serão realizadas utilizando-se os valores da massa específica aparente seca de laboratório e da massa específica aparente "in situ" obtida no campo.

Deverão ser obedecidos os seguintes limites:

- corpo do aterro GC = 95%;
- camadas finais GC = 100%.

- Aceitação e Rejeição

A expansão, determinada no ensaio de ISC, deverá sempre apresentar o seguinte resultado:

- corpo do aterro : ISC = 2% e expansão = 4%;
- camadas finais : ISC = 2% e expansão = 2%.

Será controlado o valor mínimo para o ISC e Grau de Compactação (GC), com valores de k obtidos na Tabela de Amostragem Variável, adotando-se o seguinte procedimento:

Para ISC e GC têm-se:

- X ks < valor mínimo admitido P rejeita-se o serviço;
- X ks \geq valor mínimo admitido P aceita-se o serviço.

Para a expansão, têm-se:

- X + ks > valor máximo admitido Þ rejeita-se o serviço;
- $X + ks \le valor máximo admitido Þ aceita-se o serviço.$

Sendo:

$$X = (\sum Xi) / n$$

$$s = \sqrt{(\sum (Xi - X)^2 / (n - 1))}$$

Onde:

Xi - valores individuais.

X - média das amostras.

s - desvio padrão das amostras.

k - coeficiente tabelado em função do número de determinações.

n - número de determinações.

- Aterros com Areia

Deverá ser verificada a compacidade da areia através do ensaio de determinação do índice de vazios mínimo de solos coesivos (Norma ABNT – MB 3388), devendo atingir valores

superiores a 70% (setenta por cento) em todos os pontos do reaterro.

A densidade da areia deverá variar de aproximadamente 1.600Kg/m3 para aproximadamente

2.100 Kg/m3.

- Manejo Ambiental

As providências a serem tomadas visando a preservação do meio ambiente referem-se a

execução dos dispositivos de drenagem e proteção vegetal dos taludes, para evitar erosões e

consequente carreamento de material.

4. BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE

4.1. DEFINIÇÃO

Trata-se da camada granular de pavimentação executada sobre a sub-base, subleito natural

regularizado e compactado ou subleito com reforço devidamente regularizado e compactado

Pode ser constituída por camadas de solo cujos índices físicos satisfaçam aos especificados,

demonstrados através dos ensaios de caracterização padrão DNER.

4.2. MÉTODO EXECUTIVO

A execução da base envolve as seguintes operações:

Escavação e carga no empréstimo ou jazida;

• Transporte e. descarga;

• Homogeneização, pulverização, umedecimento ou secagem (na pista ou em usina);

• Espalhamento;

Compactação;

• Acabamento do material lançado na pista.

As operações de compactação e acabamento serão realizadas na pista ou área devidamente compactada e regularizada, na largura desejada e nas quantidades que permitam, após sua conclusão, atingir a espessura projetada.

Quando houver necessidade de se executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, elas deverão ser subdivididas em camadas parciais, sempre com espessura máxima de 20 cm e mínima de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, conforme determinação do projeto:

No mínimo, 100 % em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no

ensaio do DNER para Proctor Intermediário; ou

• No mínimo, 100 % em relação à massa específica aparente seca, máxima, obtida no

ensaio T-180-57 da AASHTO (Proctor Modificado).

A determinação do desvio máximo de umidade admissível será estabelecido pela Contratante,

em função das características do material a ser empregado.

Equipamento

Para a execução dos serviços de base poderão ser utilizados os seguintes equipamentos:

Motoniveladora pesada com escarificador;

• Caminhão-pipa com barra distribuidora;

• Rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso, liso-vibratório e de pneus, rebocados

ou autopropelidos;

Grade de discos;

• Trator agrícola de pneus;

Pulvimisturador;

Central de Mistura.

4.3. CRITÉRIOS DE CONTROLE

Controle dos Materiais

Os materiais constituintes poderão ser solos, mistura de solos, mistura de solos e areia ou materiais britados, escória ou produtos provenientes de britagem.

Materiais Granulares Não Lateríticos

Os materiais destinados à confecção da base, com exceção de canga de minério de ferro e outros solos lateríticos, quando submetidos aos Ensaios de Caracterização (DNER-ME 080, DNER-ME 122, DNER-ME 082) e Equivalente de Areia (DNER-ME 054), deverão possuir composição granulométrica satisfazendo uma das faixas do quadro abaixo de acordo com o n.º N de tráfego do DNER.

Tipos de peneiras			Para N	$> 5 \times 10^6$	Para N	$\leq 5 \times 10^6$	Tolerâncias					
•		A	В	C	D	E	F	da faixa de				
Tipo	(mm)		% em peso passando									
2"	50,8	100	100	-	-	-	-	± 7				
1"	25,4	-	75-90	100	100	100	100	± 7				
3/8"	9,5	30-65	40-75	50-85	60-100	-	-	± 7				
4	4,8	25-55	30-60	35-65	50-85	55-100	10-100	± 5				
10	2,0	15-40	20-45	25-50	40-70	40-100	55-100	± 5				
40	0,42	8-20	15-30	15-30	25-45	20-50	30-70	± 2				
200	0,074	2-8	5-15	5-15	10-25	6-20	8-25	± 2				

Se o material indicado se apresentar muito sensível à segregação, deverá ser escolhida a faixa B ou a faixa C.

A fração que passa na peneira nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%.

A porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da

porcentagem que passa na peneira nº 40.

Os materiais, quando submetidos aos Ensaios DNER-ME 129 (Método B ou C) e DNER-ME

049 deverão:

Em se tratando de rodovias, apresentar Índice de Suporte Califórnia superior a 60% e

expansão máxima de 0,5%, com energia de compactação do Método B, para N ≤ 5 x

 10^6 . Se o tráfego previsto para o período do projeto for de $N > 5 \times 10^6$, o Índice

Suporte Califórnia do material da camada de base deverá ser superior a 80%; neste

caso, a energia de compactação será a do Método C;

Ter o agregado retido na peneira nº 10 constituído de partículas duras e resistentes,

isentas de fragmentos moles, alongados ou achatados, estes isentos de matéria vegetal

ou outra substância prejudicial. Quando submetidos ao ensaio de Los Angeles (DNER

- ME 035), não deverão apresentar desgaste superior a 55% admitindo-se valores

maiores no caso de, em utilização anterior, terem apresentado desempenho

satisfatório.

No caso de utilização da brita de bica corrida, será utilizado o produto total de britagem

produzido pelo britador primário ou secundário, sendo desnecessário o peneiramento. Para os

fins da presente Especificação, não se exige que o material esteja isento de contaminação por

solos residuais, recomendando-se que haja frações argilosas presentes, de modo a

proporcionar-lhe certa plasticidade (IP da ordem de 4 %).

Verificação da Qualidade dos Materiais

Deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

Ensaios de caracterização e de equivalente de areia do material espalhado na pista

pelos métodos DNER-ME 054, DNER-ME 080, DNER-ME 082, DNER-ME 122, em

locais determinados aleatoriamente. Deverão ser coletados uma amostra por camada

para cada 300 m de pista(ou aproximadamente 2.000 m² de área), ou por jornada

diária de 8 horas de horas de trabalho. A freqüência poderá ser reduzida para uma

amostra por camada e por segmento de 1.000 m de extensão (ou aproximadamente

7.000 m²), no caso de emprego de materiais homogêneos. No caso do emprego de

usina de solos as amostras correspondentes serão coletadas na saída do misturador;

- Ensaios de compactação pelo método DNERME 129 (método B ou C) com materiais coletados na pista em locais determinados aleatoriamente. Deverão ser coletados uma amostra por camada para cada 300 m de extensão (ou aproximadamente 2.000 m²), ou por jornada diária de 8 horas de trabalho. A freqüência poderá ser reduzida para uma amostra por camada e por segmento de 1000 m de extensão (ou aproximadamente 7.000 m²), no caso de emprego de materiais homogêneos. No caso do emprego em usina de solos as amostras correspondentes serão coletadas na saída do misturador;
- Ensaios de Índice Suporte Califórnia ISC e expansão pelo método DNER-ME 049, na energia de compactação indicada no projeto para o material coletado na pista, em locais determinados aleatoriamente. Deverão ser coletadas uma amostra por camada para cada 300 m de pista, ou por camada por jornada diária de 8 horas de trabalho. A freqüência poderá ser reduzida para uma amostra por camada e por segmento de 1.000 m de extensão, no caso de emprego de materiais homogêneos. No caso do emprego em usina de solos as amostras correspondentes serão coletadas na saída do misturador;
- O número de ensaios e determinações de controle do material, será definido pela
 Contratada em função do risco a ser assumido de se rejeitar um serviço de boa
 qualidade, conforme a tabela seguinte:

	TABELA DE AMOSTRAGEM VARIÁVEL														
N	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	19	21
K	1,55	1,41	1,36	1,31	1,25	1,21	1,19	1,16	1,13	1,11	1,10	1,08	1,06	1,02	1,01
a	0,45	0,35	0,30	0,25	0,19	0,15	0,13	0,10	0,08	0,06	0,05	0,04	0,03	0,02	0,01
	N = 1	n° de a	mostra	S	K = coeficiente multiplicador						a = risco				

O número mínimo de ensaios e determinações por segmento e por camada (área inferior a 4.000 m²) é de 5.

Controle da Execução

Para se verificar a qualidade dos serviços executados, poderão ser exigidos os seguintes ensaios, a critério da Contratante:

• Ensaio de umidade higroscópica do material, imediatamente antes da compactação,

por camada, para cada 100 m de pista a ser compactada (ou aproximadamente 700 m²

de área) em locais escolhidos aleatoriamente, (método DNER-ME 052 ou DNER-ME

088). As tolerâncias admitidas para a umidade higroscópica serão de \pm 2% em torno

da umidade ótima;

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" para cada 100 m de pista (ou

aproximadamente 700 m²), em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, pelo

método DNER-ME 092 ou DNER-ME 036. Para pistas ou áreas de extensão limitada,

com áreas de no máximo 4.000 m², deverão ser feitas pelo menos 5 determinações por

camada para o cálculo do grau de compactação – GC;

• A amostragem deverá sempre ser recolhida numa camada constituída de materiais da

mesma ocorrência (jazida);

• Os cálculos do grau de compactação GC ≥ 100% serão realizados utilizando-se os

valores da massa específica aparente seca máxima obtida no laboratório e da massa

específica aparente seca "in situ" obtida na pista;

O número de ensaios para verificação do Grau de Compactação - GC ≥ 100% será

definido em função do risco de se rejeitar um serviço de boa qualidade a ser assumido

pela Contratada, conforme a Tabela de Amostragem Variável;

• Os valores dos ensaios de limite de liquidez, limite de plasticidade e de equivalente de

areia deverão estar de acordo com esta Especificação;

• A expansão determinada no ensaio de ISC deverá sempre apresentar resultado inferior

a 1%, e para os solos lateríticos inferior a 0,5%;

• Serão controlados estatisticamente os valores máximos e mínimos da granulometria da

mistura, adotando-se o seguinte procedimento:

X - ks < valor mínimo admitido Þ rejeita-se o serviço;

X - ks \geq valor mínimo admitido \triangleright aceita-se o serviço.

X + ks > valor máximo admitido Þ rejeita-se o serviço;

 $X + ks \le valor máximo admitido Þ aceita-se o serviço.$

Sendo:

 $X = (\sum Xi) / n$

$$s = \sqrt{\sum (Xi - X)^2 / (n - 1)}$$

Onde:

Xi - valores individuais.

X - média das amostras.

s - desvio padrão das amostras.

k - coeficiente tabelado em função do número de determinações.

n - número de determinações.

No caso da não aceitação dos serviços pela análise estatística, o trecho considerado será subdividido em segmentos, fazendo-se um ensaio com material coletado em cada um deles.

Para os ensaios do Índice de Suporte Califórnia, cada um destes segmentos terá uma extensão máxima de 100 metros de pista (ou aproximadamente 700 m² de área) e, para os demais ensaios, uma extensão máxima de 50 metros de pista (ou aproximadamente 350 m² de área).

Os segmentos serão aceitos pela verificação dos resultados dos ensaios, desde que atinjam os valores exigidos.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de subleito com espessura média inferior à do projeto, a diferença será acrescida à camada imediatamente superior. Ocorrendo o oposto, ou seja, uma camada com espessura superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura de projeto da camada imediatamente superior.

Controle Geométrico

Após a execução da base serão procedidos a relocação e o nivelamento do eixo e bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

- ± 10cm, quanto a largura da plataforma;
- até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;
- \pm 10%, quanto à espessura da camada projetada.

Os serviços rejeitados deverão ser corrigidos, complementados ou refeitos. Não será permitida a execução dos serviços, objeto desta Norma, em dias de chuva.

4.4. MANEJO AMBIENTAL

Os cuidados a serem observados visando a preservação do meio ambiente, no decorrer das

operações destinadas à execução da camada de base estabilizada granulometricamente, são:

Na Exploração das Ocorrências de Materiais

Atendimento às recomendações preconizadas na DNER-ES 281/97 e DNER-ISA 07 -

Instrução de Serviço Ambiental.

Caso seja utilizado material pétreo, os seguintes cuidados deverão ser observados na sua

exploração:

• O material somente será aceito após a Contratada apresentar a licença ambiental de

operação da pedreira, para arquivamento da cópia junto ao Livro de Ocorrências da

obra.

Será evitada a localização da pedreira e das instalações de britagem em área de

preservação ambiental.

• Será obrigatória a apresentação do planejamento adequado da exploração da pedreira,

de modo a minimizar os danos inevitáveis durante a exploração e possibilitar a

recuperação ambiental, após a retirada de todos os materiais e equipamentos.

• Não serão aceitas queimadas como forma de desmatamento.

• As estradas de acesso deverão seguir as recomendações da especificação DNER-ES

279/97.

Deverão ser construídas, junto às instalações de britagem, bacias de sedimentação para

retenção do pó de pedra eventualmente produzido em excesso ou por lavagem da brita,

evitando seu carreamento para cursos d'água.

Caso a brita seja fornecida por terceiros deverá ser exigida a documentação atestando

a regularidade das instalações, assim como, sua operação junto ao órgão ambiental

competente.

Na Execução

Os cuidados para a preservação ambiental referem-se à disciplina do tráfego e estacionamento

dos equipamentos.

5. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA – CONCRETO BETUMINOSO (CBUQ)

5.1. DEFINIÇÃO

Trata-se da execução de pavimento, do tipo concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ),

adequado para rodovias, vias de tráfego leve e médio, preferencialmente urbanas, compostos

de agregado mineral graduado, material de enchimento (filler) e emulsão asfáltica.

Material

- Mistura de solos e areias

O material com essa granulométrica será destinada à execução da sub-base estabilizada, trata-

se da camada granular de pavimentação executada sobre o subleito natural regularizado e

compactado.

- Mistura de materiais britados

O material com essa granulométrica será destinada à execução da base em Brita Graduada

Simples (BGS), trata-se da camada granular de pavimentação executada sobre a sub-base,

subleito natural ou com reforço devidamente regularizado e compactado.

- Imprimação

Os materiais a serem utilizados deverão satisfazer as especificações em vigor e ser aprovado

pela fiscalização. Os ligantes betuminosos empregados na imprimação podem ser: Asfalto

diluído, CM-30 e CM-70; Alcatrões AP-2 a AP-6.

- Pintura Asfáltica de Ligação

A pintura de ligação será executada na pista inteira, em um mesmo turno de trabalho,

deixando-a fechada ao trânsito, sempre que possível, caso contrario em meia pista, fazendo a

pintura de ligação na pista adjacente, logo que a pintura permita a sua abertura ao trafego.

O ligante betuminoso a ser empregado nesta composição será uma emulsão asfáltica rr-1c, ver

composição de serviço para conhecimento dos serviços e equipamentos.

- Concreto betuminoso (CBUQ)

A mistura será aplicada sobre a superfície imprimida e/ou pintada, de tal maneira que, após a

compressão, produza um pavimento flexível com espessura e densidade especificadas em

projeto.

Mistura executada em usina apropriada, com características específicas, composta de

agregado mineral graduado, material de enchimento (filler) e ligante betuminoso, espalhada e

comprimida à quente. Na usina, tanto agregado como são previamente aquecidos para depois

serem misturados.

5.2. MÉTODO EXECUTIVO

Subleito

O subleito deverá ser regularizado segundo o projeto e baseado nas especificações pertinentes.

Se necessário, deverá ser compactado e reforçado.

Sub-base estabilizada granulometricamente

A sub-base proveniente de material escavado em jazida ou material de empréstimo que atenda

as especificações deverá ser devidamente espalhada regularizada segundo o projeto e baseado

nas especificações pertinentes. O mesmo será compactado e reforçado em camadas máxima

de 25cm, quando houver necessidade de executar camadas com espessura final superior a

25cm, elas deverão ser subdivididas em camadas parciais.

O grau de compactação deverá ser, conforme determinação do projeto, a espessura deverá ser,

conforme projeto.

Base estabilizada granulometricamente

A base proveniente de material escavado em jazida ou material de empréstimo que atenda as

especificações deverá ser devidamente espalhada regularizada segundo o projeto e baseado

nas especificações pertinentes. O mesmo será compactado e reforçado em camadas máxima

de 15cm, quando houver necessidade de executar camadas com espessura final superior a

15cm, elas deverão ser subdivididas em camadas parciais.

O grau de compactação deverá ser, conforme determinação do projeto, a espessura deverá ser,

conforme projeto.

Imprimação

Após a execução da base estabilizada granulometricamente em perfeita conformação

geométrica, será procedida a varredura da superfície, de modo a eliminar todo e qualquer

material solto.

Na ocasião da aplicação do ligante, a base deverá estar ligeiramente úmida, se for utilizado o

CM-30. Já no caso de aplicação do CM-70, a base deverá estar seca.

A aplicação do ligante betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na

quantidade certa e da maneira mais uniforme.

Pintura de Ligação

Inicialmente deverá ser verificada a conformação geométrica da camada que receberá a

pintura de ligação. A superfície a ser pintada deverá ser varrida, a fim de ser eliminado o pó e

todo e qualquer material solto.

Execução da capa asfáltica

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, em

caminhões basculantes apropriados.

Imediatamente após a distribuição do concreto betuminoso, será iniciado o processo de

rolagem para compressão. A temperatura de rolagem deverá ser a mais elevada que a mistura

betuminosa possa suportar, sendo esta temperatura fixada experimentalmente para cada caso.

A espessura da capa asfáltica será de 5 cm, sendo prevista em projeto conforme as

características de utilização da via.

5.3. CRITÉRIOS DE CONTROLE

Controle de Materiais

Será inspecionada previamente a qualidade dos materiais conforme indicação do projeto,

especificações próprias e normas da ABNT, exigindo-se a seleção prévia de tamanhos e tipos.

O material que não atender as especificações será rejeitado e imediatamente retirado do trecho

da obra ou do canteiro.

- Mistura de solos e areias para base e sub-base

Serão adotadas, como parâmetros de avaliação da qualidade do material, as seguintes

especificações:

• DNER-ME 080/94 - Solos - análise granulométrica por peneiramento;

• DNER-ME 122/94 - Solos - determinação do limite de liquidez - método de referencia

e método expedito;

• DNER-ME 082/94 - Solos – determinação do limite de plasticidade.

Imprimação

Todo ligante betuminoso que chega à obra deverá ter certificado de análise além de apresentar

indicações relativas ao tipo, procedência, quantidade e distância de transporte entre a refinaria

e o canteiro de serviço.

O ligante betuminoso deverá ser examinado em laboratório, obedecendo à metodologia

indicada pelo (DNER), devendo satisfazer as especificações em vigor.

Para todo carregamento que chegara obra, deverão ser executados os seguintes ensaios:

Asfalto diluidos:

• 01 ensaio de Viscosidade Cinemática a 60°C (P-MB 826);

• 01 ensaio de Viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas

para o estabelecimento da relação viscosidade x temperatura para cada 100t;

• 01 curva de viscosidade x temperatura;

• 01 ensaio do ponto de fulgor (DNER-ME 148), para cada 100t.

Para alcatrões:

• 01 ensaio de Viscosidade "Engler" (ASTM-1665) para o estabelecimento da relação

viscosidade x temperatura para cada 100t.

Concreto Betuminoso

O controle da execução será exercido através de coleta de amostra, ensaios e determinação

feita de maneira aleatória.

Temperatura de compressão na pista deverá ser efetuada medidas de temperatura durante o

espalhamento da massa, imediatamente antes de iniciada a compressão.

5.4. MANEJO AMBIENTAL

Os procedimentos de controle ambiental referem-se apenas à proteção de corpos d'água, da

vegetação lindeira e da segurança viária.

Atendimento às recomendações preconizadas na DNER-ES 281/97 e DNER-ISA 07 –

Instruções de Serviços Ambientais;

• Não será permitida execução dos serviços em dias de chuvas;

• As áreas destinadas ao estacionamento e a serviços de manutenção dos equipamentos

e máquinas devem ser localizada de forma que resíduos de lubrificantes e, ou,

combustíveis, não sejam levados até cursos d'água;

• Evitar a instalação de depósitos de ligante betuminoso próximo a cursos d'água;

6. MEIOS-FIOS E GUIAS

6.1. DEFINIÇÃO

Consiste no fornecimento dos materiais necessários e na execução dos serviços de

assentamento de guias e meios-fios em vias urbanas e rodovias.

Meios-fios

São limitadores físicos das plataformas das vias. Nas rodovias, têm a função de proteger os

bordos da pista dos efeitos da erosão causada pelo escoamento das águas precipitadas, que

tendem a verter neste sentido devido à declividade transversal. Desta forma os meios-fios têm

a função de interceptar este fluxo, conduzindo os deflúvios para pontos previamente

escolhidos para lançamento.

Guias

São dispositivos com a função de limitar a área da plataforma dos terrenos marginais,

principalmente em segmentos onde se torna necessária a orientação do tráfego como:

canteiros centrais, interseções, obras de arte e outros pontos singulares, cumprindo desta

forma importante função de segurança, além de orientar a drenagem superficial.

Para efeito desta especificação, não será feita distinção entre meios-fios e guias, sendo

considerados os seguintes serviços:

Assentamento de meios-fios pré-moldados de concreto;

• Execução de meios-fios de concreto, contínuos, isolados ou fundidos juntamente com

a sarjeta.

6.2. MÉTODO EXECUTIVO

Assentamento de Meios-fios Pré-moldados de Concreto

Este processo envolverá as seguintes etapas construtivas:

• Materialização do alinhamento e cota de projeto com a utilização de estacas de

madeira ou de ponteiros de aço e linha fortemente distendida entre eles;

Escavação, obedecendo aos alinhamentos e dimensões indicadas no projeto;

• Regularização e execução de base de 5,0 cm de concreto, para regularização e apoio

dos meios-fios, nos casos de terrenos sem suporte e quando previsto em projeto;

Assentamento das peças pré-moldadas de concreto, de acordo com os níveis do

projeto;

• Rejuntamento com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

Execução de meios-fios moldados "in loco" com formas deslizantes

Este procedimento refere-se ao emprego de formas metálicas deslizantes, acopladas a

máquinas automotrizes adequadas à moldagem do concreto na execução de meios-fios,

sarjetas, ou de ambos de forma simultânea e monolítica, por extrusão, compreendendo as

etapas de construção relacionadas a seguir:

Materialização do alinhamento e cota de projeto com a utilização de estacas de

madeira ou de ponteiros de aço e linha fortemente distendida entre eles;

Escavação, obedecendo aos alinhamentos e dimensões indicados no projeto;

Regularização ao longo da escavação;

• Lançamento do concreto por extrusão, através de equipamento adequado. O concreto

utilizado deverá ser dosado experimentalmente para uma resistência característica à

compressão de 11 MPa.;

• Interrupção da concretagem e execução de juntas de dilatação a intervalos de 12,0 m.

• Molhação regular durante o período de cura do concreto;

• Preenchimento das juntas de dilatação com asfalto.

Recomendações gerais quanto à execução de meios-fios

Em caso de pavimentos asfálticos, os meios-fios serão executados após a sua conclusão.

No caso de pavimentos com peças de concreto, serão executados previamente, delimitando a

plataforma da via a ser implantada.

Para garantir maior resistência dos meios-fios a impactos laterais, quando estes não forem

contidos por canteiros ou passeios, serão aplicadas escoras de concreto magro, espaçadas de 2

metros, constituídos de cubos de 25 cm da aresta.

Em qualquer dos casos, o processo eventualmente utilizado será adaptado às particularidades

de cada obra e submetido à aprovação da Contratante.

Equipamentos

Todo o equipamento a ser utilizado deverá ser vistoriado antes do início da execução do

serviço de modo a garantir condições apropriadas de operação, sem o que não poderá ser

autorizada sua execução.

Para a realização dos trabalhos são recomendados:

Caminhão basculante;

• Caminhão de carroceria fixa;

• Betoneira ou caminhão betoneira;

• Retroescavadeira ou valetadeira;

• Máquina automotriz para execução de perfis pré-moldados de concreto de cimento ou

asfáltico por extrusão.

6.3. CRITÉRIOS DE CONTROLE

Os dispositivos abrangidos por esta especificação poderão ser adquiridos de terceiros ou

fabricados no canteiro de obras, de acordo com as indicações do projeto.

Controle dos materiais

As dimensões das guias serão controladas por medições diretas, com trena. As guias que não

apresentarem as dimensões previstas em projeto serão rejeitadas.

As peças deverão ter no máximo 1,0 m de comprimento, devendo esta dimensão ser reduzida

para segmentos em curvas.

Para os meios-fios pré-moldados de concreto deverão ser utilizadas formas metálicas ou de

madeira revestida, que conduzam a igual acabamento, sendo submetidos a adensamento por

vibração.

As dimensões mínimas recomendadas para meios-fios são:

• Largura - 10 a 15 cm;

• Comprimento - 80 a 100 cm;

• Altura - 40 a 50 cm.

O material que não atender as especificações será rejeitado e imediatamente retirado da obra.

Controle da fabricação dos meios-fios

Deverá ser estabelecido, previamente, o plano de retirada dos corpos de prova de concreto e

das amostras de aço estrutural, cimento, agregados e demais materiais, de forma a satisfazer

às especificações referidas.

O concreto utilizado deverá ser preparado de acordo com o prescrito nas normas NBR 6118 e

NBR-7187 da ABNT. O controle tecnológico do concreto empregado será realizado pelo

rompimento de corpos de prova à compressão simples, aos 7 dias com base no que dispõe a

ABNT NBR-5739.

O ensaio de consistência do concreto será feito de acordo com a ABNT NBR-7223 ou a

ABNT NBR-9606, sempre que ocorrer alteração no teor de umidade dos agregados, na

execução da primeira amassada do dia após o reinicio dos trabalhos, desde que tenha ocorrido

interrupção por mais de duas horas e cada vez que forem moldados corpos de prova.

Será controlado o valor mínimo da resistência à compressão ou à flexão do concreto. Neste

controle, o número de determinações será definido em função do risco de rejeição de um

serviço de boa qualidade a ser assumido pela CONTRATANTE, conforme a seguinte tabela:

TABELA DE AMOSTRAGEM VARIÁVEL												
N	5	6	7	8	9	10	11	12	13	15		
K	1,32	1,26	1,15	1,14	1,05	1,03	0,99	0,97	0,95	0,92		
a	0,30	0,25	0,16	0,15	0,08	0,06	0,04	0,03	0,02	0,01		
N	$N = n^{\circ}$ de amostras $K = $ coeficiente multiplicador $a = $ risco											

Com valores de k obtidos na tabela anterior, será verificado:

X - ks < valor mínimo admitido P rejeita-se o serviço;

X - ks \geq valor mínimo admitido P aceita-se o serviço.

Sendo:

$$X = (\sum Xi) / n$$

$$s = \sqrt{(\sum (Xi - X)^2 / (n - 1))}$$

Onde:

Xi - valores individuais.

X - média das amostras.

s - desvio padrão das amostras.

k - coeficiente tabelado em função do número de determinações.

n - número de determinações.

Os resultados de controle serão registrados nos relatórios periódicos de acompanhamento.

Os serviços rejeitados deverão ser corrigidos, complementados ou refeitos.

Controle Geométrico

O controle geométrico consistirá de medidas a trena de dimensões transversais das vias, a cada 20,0 m, entre meios-fios aplicados.

O serviço será considerado como aceito desde que atenda às seguintes condições:

• Acabamento seja julgado satisfatório;

• Os resultados dos ensaios de compressão do concreto utilizado (meios-fios de

concreto) sejam satisfatórios;

• A largura da via seja igual ou maior que a definida no projeto em até 1 %, não sendo

aceitas larguras inferiores às determinadas.

Nas pavimentações urbanas restritas por meios-fios ou guias outros elementos, a largura

da via deverá ser exatamente a definida em projeto.

6.4. MANEJO AMBIENTAL

Durante a execução dos serviços, principalmente em áreas não urbanizadas, deverão ser

preservadas as condições ambientais, exigindo-se os seguintes procedimentos:

• Todo o material excedente de escavação deverá ser removido, cuidando-se ainda que

não seja conduzido para as bocas de lobo, causando seu entupimento (áreas urbanas),

ou para os cursos d'água, causando seu assoreamento (áreas não urbanizadas).

• Em todos os locais onde ocorrerem escavações ou aterros necessários à implantação

das obras, deverão ser tomadas medidas que proporcionem a manutenção das

condições locais, seja através da recomposição dos pavimentos, seja através de

replantio da vegetação local ou de grama.

• Durante o desenrolar dos serviços deverá ser evitado o tráfego desnecessário de

equipamentos ou veículos por terrenos naturais, de modo a evitar sua desfiguração.

Nas áreas de bota-fora, ou de empréstimos necessários à realização dos dispositivos,

deverão ser evitados os lançamentos de materiais de escavação que possam afetar o

sistema de drenagem superficial.

REDE DE DRENAGEM

7. OBJETIVO

Esta Especificação fixa as condições exigíveis para a construção de rede de drenagem

com tubos pré-fabricados em concreto, de seção circular.

Esta Especificação se aplica tanto a obras executadas diretamente pelas entidades

responsáveis pela rede de drenagem, como àquelas executadas por terceiros, mediante

contrato.

8. DEFINIÇÕES

Para os efeitos desta Especificação são adotadas algumas definições.

a) Diâmetro nominal ou DN

Simples número que serve para classificar, em dimensão, os elementos de canalizações

(tubos, conexões, aparelhos), e que corresponde aproximadamente ao diâmetro interno da

tubulação em milímetros. O diâmetro nominal (DN) não deve ser objeto de medição e nem ser

utilizado para fins de cálculos.

b) Fiscalização

Conjunto constituído por elementos técnicos de níveis superior e médio, e ou de empresas de

consultoria e assessoramento designados pela Administração (Contratante) para exercer as

atividades de gerenciamento, supervisão e acompanhamento da execução das obras.

9. CONDIÇÕES GERAIS

10. Projeto

As obras de execução da rede de drenagem, devem obedecer rigorosamente às plantas,

desenhos e detalhes de Projeto, elaborado segundo às normas pertinentes, às recomendações

especificas dos fabricantes dos materiais a serem empregados e aos demais elementos que a

Fiscalização venha fornecer.

Eventuais modificações no Projeto devem ser efetuadas ou aprovadas pelo projetista.

Todos os aspectos particulares do Projeto, os omissos, e ainda os de obras complementares

não consideradas no Projeto serão, em ocasião oportuna, especificados e detalhados pela

Fiscalização.

11. Execução

A construção deve ser acompanhada por uma equipe de Fiscalização designada pela

Administração (Contratante) e chefiada por profissional legalmente habilitado.

O Construtor deve manter a frente dos trabalhos um profissional legalmente habilitado que

será seu preposto na execução do contrato firmado com a Administração (Contratante).

Os materiais a serem fornecidos pelo Construtor devem obedecer às normas brasileiras.

A demarcação e acompanhamento dos serviços a executar devem ser efetuados por equipe de

topografia.

O Construtor não poderá executar qualquer serviço que não seja projetado, especificado,

orçado e autorizado pela Fiscalização; salvo os eventuais de emergência, necessários à

estabilidade e segurança da obra ou do pessoal encarregado pela obra.

O Construtor deve manter no escritório da obra as plantas, perfis e especificações de projeto

para consulta de seu preposto e da Fiscalização.

As frentes de trabalho devem ser programadas de comum acordo com a entidade a quem cabe

a autorização para a abertura de valas e remanejamento de tráfego.

12. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

A obra deve ser considerada em suas diversas etapas, a saber:

locação;

sinalização;

levantamento ou rompimento da pavimentação;

escavação;

• Interferências;

escoramento;

esgotamento;

assentamento, tipos de apoio, e envolvimento;

armazenamento e manuseio de tubos;

• juntas;

reaterro de valas:

• poços de visita;

• reposições.

13. Locação

A demarcação e o acompanhamento dos serviços a executar deverão ser efetuados por equipe

de topografia experiente nesta função.

O Construtor, tendo em mãos o projeto, deve reconhecer o local de implantação da obra,

providenciando o seguinte:

A tubulação a ser assentada deverá ter seu eixo demarcado, através de

estaqueamento de 20 em 20m, devendo-se assinalar os pontos onde serão instaladas os

poços de visitas;

• Em caso de interferências com redes existentes, deverão ser procedidas

sondagens preliminares com o objetivo de localizar suas posições e profundidades

corretas.

14. Sinalização

A execução dos serviços deverá ser plenamente protegida contra riscos de acidentes com o

próprio pessoal da obra e com terceiros. Com este fim, serão utilizadas placas de sinalização

obedecendo às exigências do Código de Trânsito e às normas locais porventura existentes.

Também deverá ser isolado o local de trabalho por meio de cercas, telas ou tapumes

resistentes, de modo a sinalizar e evitar a queda de pessoas ou veículos nas valas ou cavas

abertas.

Esses tapumes, cercas e telas deverão ser mantidos permanentemente com bom aspecto e

deverão ser pintados sempre que necessário, a critério da Fiscalização.

À noite, deverão ser instaladas e mantidas acesas lâmpadas e outros avisos luminosos, em

cada ângulo ou extremidade de cerca protetora, em cada cavalete de aviso e ao longo do

canteiro de trabalho.

A obra que implique a suspensão do trânsito ou a redução da área de circulação de veículos deverá ser executada após a prévia consulta ao órgão de trânsito competente, anexando-se à

solicitação da interdição plantas propondo as alterações indispensáveis, com indicação de

todas as informações necessárias, incluindo período de suspensão e projeto de sinalização.

A sinalização e implantação de sinalização devem obedecer aos requisitos básicos seguintes:

• Atender a uma real necessidade;

Chamar a atenção dos usuários;

• Transmitir uma mensagem clara e simples;

• Orientar o usuário para uma boa fluência e segurança no tráfego;

• Impor respeito aos usuários;

• Fornecer tempo adequado para uma ação correspondente.

Inicialmente deve ser feito o levantamento da área para verificação das condições do terreno

de implantação das placas ou marcos.

Limpeza do local de forma a garantir a visibilidade da mensagem a ser implantada.

Marcação da locação dos dispositivos a serem implantados, de acordo com o projeto de

sinalização.

Distribuição das placas ou marcos nos pontos já localizados anteriormente.

Escavação da área para fixação dos suportes.

Preparação para sapata ou base, em concreto armado, para recebimento dos suportes das

estruturas de sustentação.

Fixação das placas aos suportes e às travessas através de parafusos galvanizados, porcas e

contra-porcas.

Implantação da placa de forma que os suportes fixados mantenham rigidez e posição

LARRY UCHOA ARQUITETURA E URBANISMO LTDA

Rua 03, 56. Conj. Maria do Carmo III Rosa Elze. São Cristóvão/SE. Contato: (79) 9 9640-4928.

permanente e apropriada, evitando que balancem, girem ou sejam deslocados.

A execução dos serviços deve ser protegida e sinalizada contra riscos de acidentes. Com este

fim, deve-se:

• cercar o local de trabalho por meio de cavaletes e tapumes de contenção do material

escavado;

manter livre o escoamento superficial de águas de chuvas;

deixar, sempre que possível, passagem livre para o trânsito de veículos;

• deixar passagem livre e protegida para pedestres;

• colocar, no local da obra, dispositivos de sinalização em obediência às leis e regulamentos

em vigor.

Quando existir vegetação de porte (árvores e/ou arbustos) no local previsto à implantação da

sinalização, deve-se deslocá-la para posição mais próxima da inicial, sem prejuízo para

emissão da mensagem.

Equipamentos:

Os equipamentos a serem utilizados deverão ser adequados aos tipos de escavação.

Todos os materiais utilizados na sinalização devem satisfazer às exigências das especificações

do Manual de Materiais de Demarcação Viária.

15. Passadiços e Travessias

Deverão ser construídas passagens temporárias nos cruzamentos de ruas e pontes de acesso

para veículos defronte de estacionamentos e garagens. Nas saídas e entradas de veículos em

áreas de empréstimo, bota-fora ou frentes de serviço deverá ser providenciada sinalização

adequada, diuturna, especialmente nos casos de eventuais inversões de tráfego.

As travessias para pedestres e veículos serão de dois tipos: de madeira e metálicas.

As travessias de madeira serão executadas com pranchas de madeira de lei, seção 6,0 x 16,0

cm, contraventadas com pranchões dotados de peças de madeira de seção 2,5 x 30,0 cm em

suas extremidades, para funcionarem como guias.

Os passadiços de madeira para pedestres deverão ser executados com pranchões de madeira

de lei seção 6,0 x 16,0 cm, com guarda-corpo também em madeira de lei.

Os passadiços ou travessias metálicos serão executados em chapas de aço 1020, espessura de

3/8'.

A Contratada deverá observar a estabilidade destas estruturas garantindo, desta forma, a

segurança na travessia dos pedestres e/ou veículos.

16. Levantamento ou rompimento da pavimentação

A remoção da pavimentação deve ser feita na largura da vala acrescida de:

• 20 cm para cada lado, no leito da rua;

5 cm para cada lado, no passeio.

Todo o material a ser demolido deverá ser expurgado da área da obra para local a ser

determinado pela comissão de fiscalização.

As remoções de meios-fios serão feitas de maneira cuidadosa, para que estes possam ser

reaproveitados.

Os materiais reaproveitáveis devem ser limpos e armazenados em locais que menos

embaraços causem à obra.

17. Escavação

Deverão ser seguidos os projetos e as Especificações no que se refere à locação, profundidade

e declividade da escavação. Entretanto, em alguns casos, as escavações poderão ser levadas

até uma profundidade superior à projetada, até que se encontrem as condições necessárias.

Nas escavações executadas próximas às residências, ou elementos tipo muro, postes,

passagens; deverão ser empregados métodos de trabalho que evitem as ocorrências de

qualquer perturbação oriundas dos fenômenos de deslocamento, tais como:

7. Escoamento ou ruptura das fundações;

8. Descompressão do terreno da fundação;

9. Descompressão do terreno por água.

Quando necessário, os locais escavados deverão ser isolados, escorados e esgotados por

processo que assegure proteção adequada.

Em caso de valas, deverão ser observadas as imposições do local do trabalho, principalmente

o trânsito de veículos e pedestres. As grelhas, bocas de lobo e os tampões das redes dos

serviços públicos, junto às escavações, deverão ser mantidos livres e desobstruídos.

Quando o material for considerado, a critério da Fiscalização, apropriado para utilização no

reaterro, será ele, a principio, estocado ao longo da escavação, a uma distância equivalente à

profundidade escavada, medida a partir da borda do talude.

Em vias públicas onde a deposição do material escavado puder acarretar problemas de

segurança ou maiores transtornos à população, poderá a Fiscalização, a seu critério, solicitar a

remoção e estocagem do material escavado para local adequado, para posterior utilização.

Materiais não reutilizáveis serão encaminhados aos locais de "bota-fora".

A vala somente será aberta quando:

• forem confirmadas as posições de outras obras subterrâneas interferentes;

• todos os materiais para execução da rede estiverem disponíveis no local da obra.

As valas que receberão os coletores serão escavadas segundo a linha de eixo, sendo

respeitados o alinhamento e as cotas indicadas no projeto.

As valas devem ser abertas no sentido de jusante para montante, a partir dos pontos de

lançamento ou de pontos onde seja viável o uso de galerias pluviais para o seu esgotamento

por gravidade, caso ocorra presença de água durante a escavação.

Ao se atingir a cota de projeto, o fundo da escavação será regularizado e limpo.

Atingida a cota, se for constatada a existência de material com capacidade de suporte

insuficiente para receber a peça ou estrutura projetada, a escavação deverá prosseguir até que

se possa executar um colchão de material de base, a ser determinado de acordo com a

situação.

No caso do fundo da escavação se apresentar em rocha ou material indeformável, a sua cota

deverá ser aprofundada, no mínimo, em 0,10 m, de forma a se estabelecer um embasamento

com material desagregado, de boa qualidade (normalmente, areia ou terra).

A escavação poderá ser feita manualmente ou com equipamento apropriado. Neste caso, a

escavação mecânica deve ser aproximar do greide previsto para a geratriz inferior da

tubulação, devendo o acerto dos taludes e do fundo da vala ser feito manualmente.

A largura da vala deve ser fixada em função das características do solo e da tubulação

empregada, da profundidade, do tipo de escoramento e do processo de escavação.

A largura livre de trabalho na vala deve ser, no mínimo, igual ao diâmetro do coletor mais

0,60 m, para profundidade até 2 m, devendo ser acrescida de 0,10 m para cada metro ou

fração que exceder a 2 m.

As cavas para os poços de visita terão dimensão interna livre, no mínimo, igual à medida

externa da câmara de trabalho ou balão, acrescida de 0,60 m.

Qualquer excesso de escavação ou depressão no fundo da vala deve ser preenchido com

material granular fino, compactado.

O material escavado será depositado, sempre que possível, de um só lado da vala, afastado 1

m da borda da escavação. Em casos especiais poderá a Fiscalização determinar retirada total

do material escavado.

Os taludes das escavações de profundidade superior a 1,50 m devem ser escorados com peças

de madeira ou perfis metálicos, assegurando estabilidade de acordo com a natureza do solo.

18. Interferências

Antes de se iniciar escavação, deve ser feita a pesquisa das interferências existentes no trecho

a ser escavado, para que não sejam danificados quaisquer tubos, caixas, postes ou outra

estrutura que esteja na zona atingida pela escavação ou em suas proximidades.

As sondagens poderão ser executadas por processo manual ou mecanizado, devendo-se

observar cautela extrema, principalmente quando houver expectativa de interferência de rede

de energia elétrica, rede telefônica ou adutoras.

Ao se proceder as sondagens, a contratada deverá estar de posse das plantas de possíveis

interferência de outros serviços públicos. Se possível, deverá fazer-se acompanhar de técnicos

de empresas responsáveis, durante sua execução.

Na ausência dos projetos de serviços públicos existentes, as sondagens deverão ser executadas

nos pontos extremos da escavação e a cada 20 m.

As interferências deverão ser cadastradas, com pontos de amarração suficientes para a fácil

detecção pela equipe de produção, quando da execução da escavação propriamente dita,

devendo ser apresentado à Fiscalização, "croquis" das localizações, antes do início dos

serviços.

Caso o serviço de escavação não tenha início imediato, as cavas executadas para sondagens

deverão ser reaterradas e o pavimento reconstituído, conforme especificações próprias.

As áreas onde estiverem sendo executados serviços de sondagem deverão estar devidamente

protegidas e sinaladas ao tráfego de veículos e pedestres.

Quando existir cabo subterrâneo de energia nas proximidades das escavações, as mesmas só

poderão ser iniciadas quando o cabo estiver desligado. Na impossibilidade de desligar o cabo,

devem ser tomadas medidas especiais junto à concessionária.

Se a escavação interferir com galerias ou tubulações deverá ser executado o escoramento e

sustentação das mesmas.

19. Regularização do Fundo da Vala

Ao se atingir a cota de projeto, o fundo da escavação será regularizado e limpo.

Atingida a cota, se for constatada a existência de material com capacidade de suporte

insuficiente para receber a peça ou estrutura projetada, a escavação deverá prosseguir até que

se possa executar um colchão de material de base, a ser determinado de acordo com a

situação.

No caso do fundo da escavação se apresentar em rocha ou material indeformável, a sua cota

deverá ser aprofundada, no mínimo, em 0,10 m, de forma a se estabelecer um embasamento

com material desagregado, de boa qualidade (normalmente, areia ou terra). A espessura desta

camada deverá ser determinada de acordo com a especificidade da obra.

20. Escoramento

De acordo com a natureza do terreno e a profundidade da vala, a critério do Construtor e

condicionado à aprovação prévia da Fiscalização, pode ser utilizado um dos seguintes tipos de

escoramento:

• Pontaleteamento - constituído de um par de tábuas de 0,027 m x 0,30 m dispostas

verticalmente, espaçado de 1,35 m. Estas tábuas são travadas horizontalmente por estroncas

distanciadas verticalmente de 1 m, devendo a mais profunda situar-se cerca de 0,50 m do

fundo da vala e a mais rasa a 0,20 m do nível do terreno ou pavimentação;

• Descontínuo - constituído de tábuas de 0,027 m x 0,30 m, espaçados de 0,30 m dispostas

na vertical, contidas por longarinas de 0,06 m x 0,16 m, colocadas horizontalmente e travadas

por estroncas espaçadas de 1,35 m, a menos das extremidades de onde as estroncas ficam a

0,40 m. As longarinas devem ser espaçadas verticalmente de 1 m, devendo a mais profunda

situar-se cerca de 0,50 m do fundo da vala e a mais rasa a 0,20 m do nível do terreno ou

pavimentação;

• Continuo - constituído de tábuas de 0,027 m x 0,30 m, colocadas verticalmente de modo a

cobrir toda a parede da vala, contidas por longarinas de 0,06 m x 0,16 m, dispostas

horizontalmente e travadas por estroncas espaçadas de 1,35 m, a menos das extremidades, de

onde ficam a 0,40 m. As longarinas devem ser espaçadas verticalmente de 1 m, devendo a

mais profunda situar-se cerca de 0,50 m do fundo da vala e a mais rasa a 0,20 m do nível do

terreno ou pavimentação;

• Especial - constituído de pranchas de 0,05 m x 0,16 m, do tipo macho e fêmea, colocadas

verticalmente de modo a cobrir toda a parede da vala, contidas por longarinas de 0,08 m x

0,18 m, dispostas horizontalmente e travadas por estroncas espaçadas de 1,35 m, a menos das

extremidades, de onde ficam a 0,40 m. As longarinas devem ser espaçadas verticalmente de 1

m, devendo a mais profunda situar-se cerca de 0,50 m do fundo da vala e a mais rasa, a 0,20

m do nível do terreno ou pavimentação.

Caso, na localidade em que será executada a rede, as bitolas comerciais de tábuas, pranchas e

vigas não coincidam com as indicadas, deverão ser utilizadas peças com o módulo de

resistência equivalente ou com dimensões imediatamente superiores.

Dependendo do tipo de solo e profundidade das valas, podem ser usados outros tipos de

contenção lateral, tais como estacas metálicas duplo T com fechamento de pranchas de

madeira (tipo hamburguês), estacas-prancha metálicas de encaixe, caixões deslizantes, chapas

metálicas com entroncas extensíveis, etc.

A ficha dos escoramentos deve ser de pelo menos 7/10 da largura da vala, com um mínimo de

0,50 m.

Na execução do escoramento devem ser utilizadas madeiras duras como peroba, canafístula,

sucupira, etc., podendo as estroncas serem de eucalipto, com diâmetro não inferior a 0,20 m.

O escoramento não deve ser retirado antes do reenchimento atingir 0,60 m acima do coletor

ou 1,50 m abaixo da superfície natural do terreno, desde que este seja de boa qualidade. Caso

contrário, o escoramento somente deve ser retirado quando a vala estiver totalmente

reenchida.

Nos escoramentos metálico-madeira (tipo hamburguês) e com estacas-pranchas metálicas, o

contraventamento de longarinas e estroncas deve ser retirado quando o aterro atingir o nível

dos quadros, e as estacas metálicas somente devem ser retiradas quando a vala estiver total-

mente reenchida. O vazio deixado pelo arrasto dos perfis e estacas metálicas deve ser

preenchido com material granular fino.

21. Esgotamento

Quando a escavação atingir o lençol d'água, deve-se manter o terreno permanentemente

drenado.

O esgotamento deve ser obtido por meio de bombas, executando-se, no fundo da vala, drenos

junto ao escoramento, fora da faixa de assentamento da tubulação, para que a água seja

coletada pelas bombas, em poços de sucção, protegidos por cascalho ou pedra britada.

Em casos excepcionais, far-se-á o rebaixamento do lençol por meio de ponteiras filtrantes,

poços profundos ou injetores.

O Construtor e a Fiscalização devem estar atentos quanto à possibilidade de abatimento das

faixas laterais à vala, o que pode provocar danos em tubulações, galerias e dutos diversos, ou

ainda recalque das fundações dos prédios vizinhos, para que possam adotar em tempo as

necessárias medidas de proteção.

Quando a vala for aberta em solos saturados de água, devem-se calafetar as fendas entre as

tábuas, vigas e pranchas do escoramento, para impedir que o material do solo seja carregado

para dentro da vala, evitando o solapamento desta e o abatimento da via pública.

22. Fornecimento de Tubos/Assentamento

Os tubos utilizados nas redes coletoras de drenagem serão em concreto armado.

Caso sejam adquiridos produtos com características em desacordo com o especificado, a

Contratante não se responsabilizará pelo pagamento dos mesmos, que deverão ser substituídos

pela Contratada, às suas expensas, sob o risco de ter os trabalhos suspensos, sem adição de

prazo contratual, até a sua completa adequação às normas.

Será de responsabilidade da Contratada a aquisição, o transporte e a entrega das peças em

local determinado pela Contratante. O armazenamento e controle de estoque serão de

responsabilidade da Contratada.

A Contratada será responsabilizada por quaisquer danos causados aos materiais, enquanto

estiverem sob sua guarda, em função de manuseio, transporte ou armazenamento

inadequados, exposição a elementos agressivos, ou devido á utilização incorreta no Âmbito da

obra.

Para efeito de aceitação pela Fiscalização, as peças deverão apresentar-se isentas de trincas,

fraturas ou outros defeitos que possam afetar sua resistência, estanqueidade ou durabilidade.

As dimensões e o peso deverão atender às normas da ABNT.

Os serviços serão executados obedecendo rigorosamente às coordenadas de projeto e às

especificações, padrões de execução normatizados ou recomendados pelo fabricante, para

garantir a estanqueidade do sistema necessárias ao fluxo dos líquidos de acordo com os

requisitos estabelecidos.

Para o assentamento de tubulações, será importante observar o seguinte: o fundo da vala

deverá ser regular e uniforme, obedecendo às cotas previstas no projeto, isento de saliências e

reentrâncias. As eventuais reentrâncias deverão ser preenchidas com material adequado,

convenientemente compactado, de modo a se obter as mesmas condições de suporte da vala

original. Quando o fundo da vala for constituído de argila saturada ou lodo, sem condições

mecânicas mínimas para assentamento de tubos, deverá ser executada uma fundação com

substituição do solo por material importado e execução de lastro.

O recobrimento deverá seguir as determinações do fabricante. Quando for impossível o

recobrimento mínimo, devem ser tomadas medidas especiais de proteção dos tubos.

Os tubos e peças devem ser transportados, armazenados e manuseados com cuidado para se

evitar danificá-los, devendo ser observadas as exigências da norma específica de cada

material e as recomendações do fabricante.

As tubulações antes de serem assentadas devem ser limpas e examinadas. não podendo ser

assentadas as peças trincadas, constatadas através de exame visual e ensaio de percussão ou as

que estejam em desacordo com as normas brasileiras.

À medida que for sendo concluída a escavação e o escoramento da vala, deve ser feita a

regularização e o preparo do fundo, no sentido de jusante para montante.

O assentamento deve ser feito de jusante para montante, com as bolsas voltadas para

montante, e se possível, logo após a escavação da vala, a fim de se reduzir ao mínimo a

interferência da obra, com o tráfego de veículos e o trânsito de pedestre.

23. Armazenamento e Manuseio de Tubos

Os tubos deverão ser armazenados em local a não causar nenhum tipo de incômodo aos

moradores.

Os tubos devem ser levados para a obra no momento da utilização. Como também devem ser

transportados convenientemente apoiados, cuidando-se especialmente das extremidades, para

que não sejam danificadas.

24. Reaterro de Valas

Os serviços de reaterro só podem ser iniciados após a autorização e de acordo com indicações

específicas da Fiscalização.

A primeira camada, até a altura de 20cm acima da geratriz superior do tubo assentado, deve

ser executada com solo arenoso, isento de impurezas, compactado com apiloamento manual,

através de soquetes. Nas demais camadas, poderão ser utilizados os materiais provenientes da

própria escavação, devidamente compactados, de tal forma a se obter o mesmo estado do

terreno das laterais da vala.

O restante da vala, até atingir o nível da base do pavimento ou então o leito da rua ou do

logradouro, se em terra, deve ser reenchido com material de boa qualidade em camadas de 20

em de espessura, compactadas mecanicamente, de sorte a adquirir uma compactação

aproximadamente igual a do solo adjacente.

A critério da Fiscalização, a altura da camada compactada mecanicamente poderá ser

restringida a 1 m abaixo da base do pavimento, como também, em ruas de terra, o

reenchimento da vala poderá ser feito em camadas apiloadas, manualmente.

25. Poço de visita

Tratam-se de dispositivos em forma de caixa construídos em alvenaria de tijolos maciços com

tampa e laje de fundo em concreto executados ao longo da rede de drenagem, em pontos de

interseção de condutores com o objetivo de propiciar a manutenção da rede e possibilitar

mudança de diâmetros, de direção e de nível das tubulações.

Serão construídos poços de visitas (PV) nas posições indicadas no projeto.

Basicamente o PV compõe das seguintes etapas:

• laje de fundo;

• câmara de trabalho ou balão;

peça de transição;

• câmara de acesso ou chaminé;

tampão.

A laje de fundo, em concreto simples ou armado, é apoiada sobre lastro de brita ou de

cascalho grosso executado após a regularização do fundo da cava. Quando o terreno assim o

exigir e a critério da Fiscalização, esta laje deve ser apoiada sobre fundação adequada, tais

como: estacas, pedras de mão, etc.

Sobre a laje de fundo devem ser construídas as calhas ou canaletas, necessárias, em

concordância com os coletores de chegada e de saída. A plataforma correspondente ao

restante do fundo do poço também chamada banqueta ou almofada, deve ter a inclinação de

10 % para as canaletas. As canaletas e a banqueta são revestidas com argamassa de cimento e

areia, no traço 1:3, alisada e queimada à colher, e devem obedecer ao prescrito na NBR 9649.

Sobre as laterais da base do fundo são assentadas as paredes da câmara de trabalho ou balão.

A não ser em condições especiais, ditadas por exigências locais, a câmara de trabalho deve ter

seção circular, com o diâmetro interno atendendo ao fixado pela NBR 9649.

As paredes da câmara de trabalho ou balão poderão ser de:

• alvenaria de tijolos;

• alvenaria de pedra;

alvenaria de blocos de concreto, curvos;

anéis de concreto armado, pré-fabricados;

• concreto armado fundido no local;

• PVC rígido, poliéster armado com fios de vidro;

• tubo de concreto;

tubo de fibro-cimento.

No caso de alvenaria de tijolos e blocos de cimento, as paredes devem ser revestidas com argamassa de cimento e areia, no traço de 1:3, externa e internamente alisada e queimada à

colher.

Para PVs de anéis de concreto, e de concreto fundido no local, a Administração Contratante

dará as especificações necessárias para ferragem, traço e resistência do concreto e acabamento

das faces interna e externa.

Uma vez terminada a câmara de trabalho ou balão, sobre o respaldo da alvenaria, topo do

último anel de concreto ou da parede de concreto, será colocada uma peça de transição (laje

de concreto armado ou peça troncocônica), com abertura excêntrica ou não, de 0,60 m,

voltada para montante, de modo que o seu centro fique localizado sobre o eixo do coletor

principal.

Coincidindo com essa abertura será executada a câmara de acesso ou chaminé em alvenaria

de tijolos ou blocos de cimento, ou ainda, com anéis de concreto. Essa chaminé terá 0,60 m de

diâmetro e altura variável de no máximo 1 m, alcançando o nivel do logradouro com desconto

para a colocação do tampão.

A chaminé somente existirá quando o greide da cava estiver a uma profundidade superior a

2.50 m. Para profundidades menores o poço de visita se resumirá na câmara de trabalho,

ficando o tampão diretamente apoiado sobre a peça de transição, que deve ser dimensionada

para suportar a carga do tráfego.

Sobre o respaldo da alvenaria, da parede de concreto ou o último anel da chaminé, colocar-se-

á o tampão de ferro fundido, apropriado para passeios ou para o leito dos logradouros,

obedecendo ao modelo adotado pela Administração Contratante e as especificações fixadas

em normas brasileiras especificas.

Outros tipos de tampões podem ser usados, porém a critério exclusivo da Administração

Contratante.

Na parede das câmaras de trabalho e acesso, podem ser fixados degraus de ferro fundido ou

aço chato galvanizado com espessura mínima de 1 cm, distanciados entre si de 0,40 m, para a

descida ao fundo do poço, a menos que se adotem escadas móveis.

Quando a parede do PV ou a laje de fundo não suportar a carga de tráfego prevista, o aro do

tampão deve ser assentado sobre uma base independente da parede da chaminé do PV.

Quando a tubulação de chegada e a de saída apresentarem desnível superior a 0,75 m, a

chegada ao PV deve ser feita em poço ou tubo de queda.

10. RECEBIMENTO DO SERVIÇO

Quando as obras forem executadas mediante contrato celebrado com terceiros, deve ser feito

o recebimento dos serviços, por trecho executado e no final da obra.

10.1. RECEBIMENTO PARCIAL

Completado o reenchimento da vala, deve ser feito um exame do trecho, na presença da

Fiscalização, para constatarem-se eventuais danos ao coletor, tais como: ruptura de tubos ou

juntas.

10.2. RECEBIMENTO DA OBRA

A Fiscalização deve vistoriar toda a rede executada, emitindo atestado de execução dos

serviços, atendendo às normas e especificações contratuais.

Com base no atestado de execução, a Administração Contratante fará o Recebimento

Provisório, lavrando o termo competente no qual constará o período de observação, previsto

em contrato, durante o qual o Construtor deve, às suas expensas, refazer tudo o que apresentar

defeito.

Decorrido o período de observação é feita nova vistoria de toda a obra e, nada havendo o que

reparar, deve ser procedido o Recebimento Definitivo, mediante termo que será dado por

encerrado o contrato.

Larry Uchôa Guimarães

Arquiteto e Urbanista Especialista em Gestão de Projetos

CAU: A149779-0

São Cristóvão/SE, Abril de 2022.